

Parlamentares debatem revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas



A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizou, hoje (09/05) audiência pública sobre a revisão do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.

Organizações ambientalistas envolvidas com o tema criticam a forma como o governo tem conduzido a questão. Em entrevista ao programa da Rádio Câmara Com a Palavra, o coordenador-geral do Observatório do Clima, André Ferretti, disse que o plano representa uma lista de ações descoordenadas. Ferretti questionou, ainda, o fato de o documento estar sendo revisado sem que o governo tenha liberado o texto de todos os planos setoriais sobre o tema.

Até o momento, estão disponíveis os planos de Energia, Agricultura e de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia e no Cerrado. Outros quatro, ligados à Indústria, Mineração, Transporte e Saúde, ainda não tiveram a versão final divulgada. “O plano nacional reúne todas as ações desses

planos específicos e outras ações. Ele está sendo revisado sem que seja apresentado à sociedade se as metas foram alcançadas ou não, onde a gente atuou bem, onde foram as deficiências.”

Compromisso com a ONU

O plano nacional foi apresentado pelo governo brasileiro em 2008, como parte de um compromisso voluntário do País com Organização das Nações Unidas (ONU) para a redução entre 36,1% e 38,9% das emissões de gases de efeito estufa projetadas para o País até 2020.

Entre as metas do plano, estão a diminuição do desmatamento da Amazônia em 80% até 2020; a ampliação em 11% do consumo de etanol até o fim da década; o aumento da participação de energia elétrica de cogeração, principalmente a partir do bagaço de cana, para 11,4% da oferta em 2030; e a redução das perdas na distribuição de energia elétrica.

Na avaliação de Ferretti, o governo tem dado sinais contraditórios no cumprimento das ações. “O Brasil é um dos países que mais tem hidrelétricas, mais usa biocombustível na sua frota de veículos. Na última década, o Brasil reduziu bastante suas emissões provocadas por desmatamento da Amazônia. Porém, em outros setores, a gente tem avançado pouco ou até regredido. Por exemplo, no setor energético, a gente tem visto uma série de termelétricas sendo utilizadas e outras sendo planejadas para entrar em ação.”

Consulta pública

Pelo cronograma do Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima, a revisão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima deve ser concluída até outubro, após consulta pública.

De acordo com o deputado Sarney Filho (PV-MA), que solicitou o debate, é preciso transformar o plano existente em efetivo, coerente e robusto plano de ação para o desenvolvimento baseado em baixas emissões de carbono. “É necessário, pelo

menos, rever os objetivos, estabelecer indicadores e um sistema de monitoramento e avaliação, incorporar de forma adequada os novos componentes de políticas sobre mudanças do clima e definir a estrutura de governança e financiamento das ações a serem implementadas para a consecução dos objetivos”, assinalou.

Convidados

Foram convidados para a audiência pública promovida com a participação da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas e da Frente Parlamentar Ambientalista: □- o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Francisco Gaetani; □- o subchefe-adjunto de Análise e Acompanhamento de Políticas Públicas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República, Johaness Eck; □- o coordenador-geral de Mudanças Globais de Clima do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Gustavo Luedemann; □- o professor titular do Departamento de Relações Internacionais da UnB Eduardo José Viola; □- o secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa; e □- o coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF Brasil, Carlos Rittl.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Secretaria Estadual de Comunicação

Partido Verde – São Paulo

Sardelli garante unidade do

Corpo de Bombeiros para Hortolândia



O deputado estadual Chico Sardelli (PV) garantiu junto ao secretário estadual de Segurança Pública a implantação do Corpo de Bombeiros para Hortolândia. O parlamentar agendou a audiência atendendo pedido do vereador Adailton Sá (PV), que já apresentou requerimentos na Câmara Municipal a respeito do assunto.

O secretário confirmou a Sardelli que já está autorizada pelo governador a construção do Corpo de Bombeiros na cidade. Basta o município apresentar a documentação do terreno aonde funcionará o prédio da corporação para que possa ser estabelecido o convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura, dando início as obras.

Sem uma sede da corporação, quando um incêndio acontece na cidade é acionada a unidade do Corpo de Bombeiros localizada no Jardim Eulina, em Campinas. O tempo de deslocamento dos socorristas pode chegar a 20 minutos dependendo do local da ocorrência.

“A construção do Corpo de Bombeiros é uma necessidade urgente

de Hortolândia. Estamos trabalhando para que seja concretizada o mais breve possível”, disse Sardelli.